

## Um fato, duas Histórias: O processo de construção da ideologia do professor de História e sua influência na aprendizagem

Vagner Luis Carossa

6.º período de História (2009), sob a orientação do  
Prof. Ms. Marcos Antônio Caixeta Rassi (UNIPAM)

**Resumo:** *O presente artigo tem a intenção de chamar a atenção dos docentes e discentes em História sobre sua real responsabilidade ao ministrar a relação entre conteúdos e fatos históricos, entendendo os processos formativos de ensino de História, notadamente no século XXI. Buscamos compreender como se processa a construção ideológica do professor de História que o tira da posição de neutralidade diante dos conteúdos trabalhados e de que maneira o discurso do profissional é assimilado e aceito pelos discentes.*

**Palavras-Chave:** *Ensino de História. Ideologia Professor de História*

**Abstract:** *By understanding the formative processes in the teaching of History, especially in the 21<sup>st</sup> century, the present paper intends to call the attention of teachers and History students about their real responsibility when teaching the relationship between contents and historical facts. We tried to understand how is the process of ideological construction of a History teacher who is taken from his neutral position before the contents he developed and how the professional's discourse is assimilated and accepted by students.*

**Keywords:** *History teaching. Ideology. History teacher.*

**E**m uma sala de aula, numa turma de segunda série do ensino médio, o professor de história ministra uma aula sobre o tema “A Revolta da Vacina” utilizando a seguinte abordagem:

Em 1902, o Presidente do Brasil, Rodrigues Alves, movido pelo desejo de levar o progresso e a modernidade para a cidade do Rio de Janeiro, além de melhorar as condições sócio-econômicas de sua população, incube o então prefeito, Pereira Passos, de promover a urbanização e o embelezamento da cidade. O projeto contava com a construção de amplas avenidas aos moldes europeus da época e a reforma do porto para atrair os turistas e os investimentos estrangeiros necessários ao desenvolvimento da capital da República. Também preocupado com a qualidade de vida e a saúde de

seus habitantes, promove o então sanitarista Oswaldo Cruz, médico com estudos avançados na Europa, a Diretor Geral de Saúde Pública, para a tarefa de erradicar as doenças que vinham acometendo a população, como a febre amarela e a varíola. Para atingir a sua meta, Oswaldo Cruz determina a vacinação de toda a população contra essas epidemias. O que acontece a seguir é catastrófico para o então governo. Sempre insatisfeitos com todas as medidas, até mesmo as que possam beneficiá-lo, o povo se revolta contra a campanha de vacinação, ora por temer a própria agulha de injeção, ora por não aceitar que os médicos vejam as “partes” de suas mulheres ou até mesmo pela ignorância de não saber os benefícios que o líquido poderia trazer a sua saúde. Explode, assim, em 11 de novembro de 1904, a Revolta da Vacina, com a destruição de bondes, trilhos e calçamentos arrancados. Após um saldo de 30 mortos, 110 feridos e mais de 1000 pessoas presas, a revolta foi sufocada, a cidade remodelada e as epidemias controladas como deveria ter sido.

Em outra sala de aula, em outro colégio, também em uma turma da segunda série do ensino médio, outro professor de história ministra a sua aula sobre o tema “A Revolta da Vacina” com a seguinte abordagem:

Em 1902, o Presidente do Brasil era Rodrigues Alves, um autêntico representante das oligarquias paulistas do café. Preocupado em atender aos interesses econômicos das classes dominantes da época, que vinham perdendo oportunidades de negócios, incumbe o então prefeito Pereira Passos, de promover a urbanização e a limpeza da cidade, bem como a modernização do porto. Os navios estrangeiros estavam se recusando a atracar na cidade do Rio de Janeiro, devido às epidemias constantes que infestavam a cidade, sem qualquer preocupação sócio-ambiental, mais de 600 barracos e cortiços foram demolidos para que fossem abertas avenidas amplas, obrigando a população pobre, que tinha no Porto a sua fonte de renda, a mudar-se para os morros, continuando a pobreza e a falta de infra-estrutura, prejudicando o seu deslocamento para o local de trabalho. Em 1903, Oswaldo Cruz, ao assumir o Cargo de Diretor de Saúde Pública, pede amplos poderes e total liberdade de ação para atingir o seu objetivo. Assim cria uma brigada sanitária com poderes de polícia, que entravam nas casas da população humilde à força, e sem maiores esclarecimentos, iam levantando a roupa das mulheres e vacinando indiscriminadamente todos os moradores. Indignados com toda essa situação por que estavam passando e insatisfeitos com o governo de Rodrigues Alves, no dia 11 de novembro de 1904 vão às ruas para um protesto que acabaria se tornando a Revolta da Vacina. Tal revolta resultou na quebra de bondes, trilhos arran-

cados e calçamentos destruídos da cidade do Rio de Janeiro. Após uma violenta intervenção policial o Governo consegue sufocar a revolta, deixando um saldo de mais de 30 mortos, centenas de feridos e mais de 1000 pessoas presas e deportadas para trabalhos pesados no Acre.

Como podemos notar, nas duas aulas hipotéticas narradas acima, o fato (a Revolta da Vacina) é o mesmo, mas os pressupostos apresentados pelos professores para esclarecer e justificar o acontecimento são diferentes quanto aos motivos. O primeiro professor aposta na intervenção do Estado de maneira arbitrária e repressiva, enquanto o outro vê nessa repressão um meio de anular os desejos e as necessidades das classes populares. Mas qual dos dois estaria certo? Qual dos dois estaria realmente passando a “verdade” dos fatos aos seus alunos? Podemos, nesse caso, falar em “verdades”? É correto posicionar-se tão claramente quanto a uma ou outra ideologia? O que faz com que os professores de História, que teoricamente tiveram formação acadêmica parecidas, embasados em PCN (a partir dos últimos 15 anos), utilizando materiais didáticos similares, ao ministrarem suas aulas, tomem enfoques tão diferentes? Como podemos tratar de temas polêmicos, como as relações de lutas de classes, a intervenção dos Estados autoritários, a escravidão, o nazismo, e nos mantermos neutros? Não seria então essa neutralidade uma forma de privar o senso crítico de nossos futuros alunos? E quando nosso posicionamento ideológico vai de encontro aos interesses ideológicos do Estado, da instituição em que trabalhamos e dos pais dos nossos alunos?

Preocupados com a influência que os profissionais do ensino de história têm sobre os alunos e a que nós mesmos poderemos ter no futuro, por meio de nosso discurso e posições ideológicas e, principalmente, com as estratégias pedagógicas de planejar nossas aulas é que nos lançamos a essas indagações. Segundo Pinsky, “Historiador/professor sem utopia (ideologia) é cronista e, sem conteúdo, nem cronista pode ser” (KARNAL, 2003, p. 19). Assim, embasamo-nos teoricamente em obras e artigos de diversos autores que abordaram o ensino de história, a formação do professor como profissional e indivíduo, a relação entre o Estado e o ensino em sala de aula, a utilização de livros didáticos e o trato de “temas polêmicos”. No entanto, além da pesquisa bibliográfica, utilizamos também uma pesquisa de campo, em entrevistas realizadas com alunos<sup>1</sup> do ensino médio da E. E. “Professor José Hugo Guimarães”, da cidade de Carmo do Paranaíba-MG, na busca de caminhos instigantes e responsáveis, de cumprir

---

<sup>1</sup> Optamos, a pedido dos alunos, que aqui se tornam os sujeitos da pesquisa, pelo anonimato. Assim, utilizaremos pseudônimos: (Alunos X, Y, Z). As pesquisas foram realizadas de 13/09/2009 até 20/09/2009.

o nosso papel de futuros professores e agentes sociais ao ministrarmos a disciplina de História.

## 1. A História na sala de aula

Sabemos que a disciplina de História, historicamente, nunca foi uma disciplina neutra, justamente pelo seu poder de seduzir, doutrinar, lançar olhares diferentes sobre diferentes objetos e fatos. Foi utilizada ora pelas classes dominantes para se justificar no poder e criar um sentimento comum de nação, ora pelas classes que ambicionavam mudanças e rupturas, que a utilizavam para a legitimação ideológica dos movimentos de oposição. Dessa maneira, o professor de História assumia o papel de agente transmissor dessas idéias dentro da sala de aula, por vezes utilizando-se do seu “poder” como detentor do saber para transmitir a sua verdade histórica, verdade essa quase sempre pronta, acabada e absoluta, não importando qual o “partido” que defendesse.

Essa postura ideológica do professor de História, detentor do saber e da verdade absoluta poderia ser justificada no país, no final do séc. XIX ou no Estado Novo. Sobretudo na década de 1970, em que os intelectuais, e entre eles os historiadores, empenhavam-se ferozmente em combater a ditadura militar e se debruçavam de forma radical sobre a história dos vencidos e vencedores, os bons e os maus, conforme escreveu Jaime Pinsky:

Nos meios mais inquietos dos anos 60 e 70 acreditava-se que convicções políticas bastavam para fornecer todas as respostas e nortear as práticas de ensino. Não havia porque perder tempo com investigações cansativas e análise de situações concretas, pois em qualquer período da História, em qualquer latitude do planeta, era possível identificar os bons e os maus, quem era “nosso” e quem era “deles” (KARNAL, 2003, p. 18).

Talvez o pior momento pelo qual passou a disciplina de História tenha sido justamente o período da ditadura militar, em que os cursos das áreas de ciências humanas e, entre eles, o de História, foram amordaçados. Nos currículos da educação básica, disciplinas como Sociologia e Filosofia foram substituídas por outras, como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira. No caso da História e da Geografia, elas foram fundidas em Estudos Sociais com a intenção de propagar a ideologia do Estado pela sociedade com o objetivo de fortalecer o sentimento de nacionalismo e ufanismo pregado pelos militares, calando a voz daqueles que inspiravam o senso crí-

tico e a reflexão sobre os problemas que a sociedade brasileira vivia durante esse regime. Muitas foram as manifestações e lutas organizadas e incentivadas pelos professores de História, visando a proteger os interesses da classe, e não poucas foram as repressões que esses sofreram, principalmente na década de 1970, em que o regime não media esforços para fazê-los calar.

Findado esse período conturbado da nossa história, no Brasil redemocratizado, os historiadores puderam gozar de liberdade intelectual para pesquisar sobre os mais variados temas e perspectivas. A disciplina de História pode ser ministrada livremente, mesmo que direcionadas pelos PCN. Nesse contexto, como explicar que ainda nos deparamos com profissionais tão conservadores ou então tão liberais, que ao construírem ou desconstruírem os fatos e mitos se apegam ainda a idéias há muito superadas e por aqueles professores que muitas vezes nem pesquisam sobre os assuntos que irão abordar, prendendo-se meramente ao livro didático?

Para podermos compreender o motivo de encontrarmos profissionais lecionando a mesma disciplina de forma tão diferente devemos levar em conta vários fatores como a formação acadêmica, personalidade, posicionamento político, classe sócio-econômica, nível de satisfação profissional, condições de trabalho oferecido pelas escolas e a relação pessoal com os alunos.

## **2. A formação do profissional de História**

### **2.1. Formação Pessoal: o Indivíduo**

Quando falamos em ideologia, imediatamente nos vem à mente o nosso próprio modo de pensar e os nossos posicionamentos frente às mais variadas questões que nos são apresentadas, e não raramente nos identificamos com pessoas ou grupos com os quais temos afinidade intelectual, colocando-nos contra, ideologicamente, aqueles que não pensam ou agem como nós. O que nos passa despercebido é que a construção ideológica do indivíduo independe do seu “querer”, e que apesar de parecer uma questão de escolha, essa escolha está relacionada a sua formação pessoal. Sendo assim, um fator que deve ser levado em consideração quando tentamos compreender o posicionamento ideológico do professor de história diante de um fato polêmico é a sua personalidade e a sua visão de ensino em sala de aula.

Não podemos esquecer que o professor antes de tudo é uma pessoa como outra qualquer. A “pessoa” professor tem alegrias, tristezas, angústias, tem a sua própria

visão de mundo, pertence a essa ou àquela classe social, tem suas próprias preocupações ou interesses sobre os mais variados temas, ou seja, cada profissional é singular quanto ao modo de encarar a sua profissão. A postura ideológica do professor, o que vai ensinar ou como vai interpretar determinados fatos está então diretamente relacionado à sua personalidade e também aos seus anos de estudo como aluno. Para podermos compreender melhor vamos recorrer a Tardiff, que escreve:

Em suma, tudo leva a crer que os saberes adquiridos durante a trajetória pré-profissional, isso é, quando da socialização primária e sobretudo quando da socialização escolar, têm um peso importante na compreensão da natureza dos saberes, do saber-fazer e do saber-ser que serão mobilizados e utilizados em seguida quando da socialização profissional e no próprio exercício do magistério. Desta forma, pode-se dizer que uma parte importante da competência profissional dos professores tem raízes em sua história de vida, pois, em cada ator, a competência se confunde enormemente com a sedimentação temporal e progressiva, ao longo da história de vida, de crenças, de representações, mas também de hábitos praticados e de rotinas de ação (TARDIFF, 2002, p. 69).

A identidade do professor de História, ou seja, a sua personalidade formada por meio de todas as suas experiências é que constrói o seu saber experiencial determinando suas escolhas ideológicas não apenas para tratar de assuntos polêmicos, mas também determinando o seu modo de atuar dentro da sala de aula.

Em síntese, o saber experiencial, ligado ao saber fazer, engloba todo o processo de formação individual do professor, desde suas vivências da infância como filho e aluno, suas experiências adquiridas das mais diversas fontes e lugares variados e momentos diferentes. Isso pode explicar porque alunos licenciados em História na mesma universidade, tendo os mesmos professores e acesso aos mesmos materiais didáticos, assim que se formam e passam a exercer a profissão, acabam se posicionando de forma diferente quanto aos assuntos ditos polêmicos e atuam de forma tão diversa na docência.

## **2.2. Formação acadêmica: o aluno**

Para entendermos a formação acadêmica dos profissionais atuantes, principalmente na rede pública de ensino, embasamo-nos no trabalho de Lima (1997). A autora nos chama a atenção para alguns dados alarmantes alcançados por meio de sua pes-

quisa, realizada na cidade de Uberlândia na rede pública de ensino em meados da década de 1990. Não foram poucos os professores entrevistados que tinham outras formações acadêmicas (engenharia, direito, filosofia, geografia, medicina), lecionando a disciplina de História, sem discernimento sobre ideologia, processos históricos, escolas historiográficas e, por fim, os mais “antigos”, ainda apegados às formas tradicionais nas quais haviam sido ensinados para lecionar.

Sem uma formação específica para atuar dentro da sala de aula, não podemos esperar que esses profissionais consigam interagir com os alunos e nem mesmo que esses consigam despertar seu interesse pela disciplina. Outro dado alcançado pela pesquisadora se refere à pouca importância que esses profissionais dão à disciplina que lecionam, e mesmo que alguns já tenham ouvido falar sobre “história tradicional” e “história crítica”, a maioria não soube se posicionar a respeito, alegando não ter embasamento teórico sobre elas. Por si só esse cenário apresentado pela pesquisadora já bastaria para podermos entender o motivo pelo qual os mitos e os fatos históricos vêm sendo construídos e reconstruídos ao bel-prazer dos professores.

Os cursos de graduação e licenciatura em História, oferecidos pelas diversas instituições de ensino, trazem em suas matrizes curriculares, disciplinas complementares que visam a fundamentar, auxiliar e preparar o profissional para atuar como professor docente. Estuda-se Didática, Fundamentos da Educação, Psicologia Educacional, Metodologia do Ensino de História Historiografia, Sociologia, dentre outras. Tais matrizes procuram preparar o graduando para as diversas realidades que poderá encontrar na sala de aula. Fala-se em responsabilidade, ética, conhecimento técnico e crescimento intelectual, objetivando despertar seu senso crítico e a sua curiosidade para a pesquisa. Os conteúdos são normalmente tratados por especialistas das mais diversas áreas. Seria de se esperar que ao entrar em contato com esse novo mundo, o aluno universitário tendesse, num primeiro momento, a se deixar envolver por todas as novas ideologias e metodologias com as quais passa a ter contato. Entretanto, lembremos que esse mesmo aluno traz consigo uma carga de saberes já pré-construídos. Portanto, a influência e o despertar que as disciplinas ministradas na universidade podem ter sobre sua ideologia vão depender da sua aceitação, o poder de persuasão, tanto do professor quanto da profundidade do argumento, o que julga sobremaneira a forma como vai se portar ou se porta como profissional.

Isso pode explicar porque alunos licenciados em História na mesma universidade, tendo os mesmos professores e acesso aos mesmos materiais didáticos, assim que

se formam e passam a exercer a profissão, acabam se posicionando de forma diferente quanto aos assuntos ditos polêmicos. Porém ao longo de nossa pesquisa nos deparamos com mais fatores que interferem diretamente no preparo das aulas e dos materiais que serão desenvolvidos junto aos alunos.

### 2.3. Formação profissional: o professor

Já discorreremos sobre a formação do indivíduo, suas experiências de vida que o levam ao processo de formação de sua ideologia, como também já apontamos a formação acadêmica que o aluno recebe, e sua forma de assimilação dos ensinamentos recebidos. Todavia, não devemos nos esquecer de que o profissional está em constante evolução e a sua formação não termina ao sair com a titulação da universidade.

O processo de construção ideológico do professor continua por meio da sua prática do ensino, junto aos discentes e no ambiente de trabalho, a receptividade pelos seus pares, a comunidade em que atua, sua satisfação – ou insatisfação – pessoal quanto à profissão. Seria então a junção dos ensinamentos aprendidos na universidade com suas vivências sociais o que o professor acaba levando para a sala de aula, construindo e reconstruindo seus métodos de ensino, partilhando de suas experiências pessoais com os alunos para despertar nesses o interesse pela História e o mundo em que vivem. Infelizmente esse despertar nem sempre acaba se concretizando nas instituições de ensino, como analisaremos posteriormente.

É interessante atentar para a forma como esses saberes, que Tardiff chama de “saberes experienciais” são fundamentais para compreender a personalidade e a construção ideológica dos profissionais de ensino, e que acabam se traduzindo numa melhor maneira, ou não, de se alcançar a parte mais interessada, que seriam os alunos.

Pode-se chamar de saberes experienciais o conjunto de saberes atualizados, adquiridos e necessários no âmbito da prática da profissão docente e que não provêm das instituições de formação nem dos currículos. Esses saberes não se encontram sistematizados em doutrinas ou teorias. [...] Os saberes experienciais estão enraizados no seguinte fato mais amplo: o ensino se desenvolve num contexto de múltiplas interações que representam condicionantes diversos para a atuação do professor (TARDIFF, 2002, p. 48).

O caminho percorrido pelo professor de História, através de sua evolução de aprendizado e vivências dentro e fora das salas de aula é preponderante para compre-



endermos como se dá o processo de relação entre o profissional e o seu trabalho. Segundo Contreras “o ensino é um jogo de práticas aninhadas, onde fatores históricos, culturais sociais, institucionais e trabalhistas tomam parte, junto com os individuais” (Contreras, 2002, p. 75).

### 3. O professor e a sala de aula

Se deixarmos de lado o despreparo de alguns profissionais e os motivos que levam a formação da personalidade do professor (que interferem muito na construção e reconstrução dos saberes), não podemos deixar de assinalar a motivação profissional.

Sabemos que hoje, no Brasil, quem mais contrata a mão-de-obra no exercício do magistério é o Estado. Esse mesmo Estado está muito mais preocupado em quantidade do que em qualidade, quase não se pode mais reprovar aluno, o professor dentro da escola se vê desvalorizado por baixos salários e o número de aulas de História nos currículos se torna cada menor, dando espaço a outras disciplinas.

Os PCN que os tecnocratas dizem servir para “orientar” o estudo da disciplina, “motivam” o professor a ser independente no exercício da sua função, trabalhar a regionalidade e as realidades da comunidade em que a escola e o profissional estão inseridos. Em contrapartida temos as avaliações de caráter estadual e federal que se utilizam de parâmetros generalizados para qualificar e quantificar a matéria aplicada, avaliando assim a instituição e também o profissional que trabalha, dia após dia, em salas de aula mal arejadas, mal iluminadas e muitas vezes sem condições mínimas para comportar 46 ou 50 jovens e adolescentes.

Deparamos com essa realidade nos nossos estágios feitos numa escola estadual, e verificamos a mesma situação em outras duas escolas que visitamos. Também em conversas informais que tivemos com professores que atuam na rede pública de ensino das cidades de Carmo do Paranaíba, Rio Paranaíba e Patos de Minas, todas em Minas Gerais. Fica evidente que em tais condições de trabalho, o profissional muitas vezes se sente desmotivado e acaba sufocando o seu desejo inicial de ensinar e se entrega ao sistema. Não vemos nisso uma solução, nem tampouco serve de pretexto, pois como Pinsky aponta:

Se o tempo é curto, se as condições de trabalho são precárias, se o salário é baixo, se o Estado não cumpre a sua parte, discuta-se tudo isso nas esferas competentes e lute-se

para melhorar a situação dos docentes, em vez de usar isso tudo como desculpa para a falta de empenho pessoal (KARNAL, 2003, p. 22).

Outro fator importante e muito comum que devemos levar em conta é que o discurso e os ensinamentos que os jovens professores recebem dentro das universidades, que destacam sobremaneira as novas técnicas didáticas e pedagógicas, com matérias específicas, visando à formação e o sucesso do futuro profissional, nem sempre podem ser aplicadas quando do exercício da sua profissão. Ao se depararem com escolas mal administradas e sem a mesma preocupação pedagógica quanto aos caminhos que se deve tomar para partilhar os saberes e trabalhar dentro da sala de aula, muitos sentem-se “traídos” pela realidade com a qual se deparam. Podemos citar como exemplo o que aconteceu conosco nos estágios supervisionados. A recepção dada pelos professores efetivos, que não mediram esforços para desmotivar aqueles que, como eles, estão querendo abraçar a profissão do magistério.

Os livros didáticos também constituem outro gargalo neste processo. Muitos livros didáticos podem ser considerados “fracos” ou mal escritos. Os fatos históricos ali descritos geralmente seguem uma linha não investigativa e se apoiam, em sua maioria, na “história tradicional”. Insistem na valorização dos “heróis”, na visão de mundo eurocêntrica para explicar significados de “civilização”, “moderno” “desenvolvimento”, deixando entender que tudo o que foge desses parâmetros pré-estabelecidos e preconceituosos não pode ser entendido como algo positivo. Tomemos como exemplo a análise que faz Paulo Micelli sobre uma dessas obras.

Em um livro didático da quinta série do primeiro grau, tomado ao acaso, o país começa a ser construído na frente das crianças: “Capítulo 1 – Selvagens e civilizados – Na época do descobrimento. Quando Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil em 1500, a costa da Bahia era habitada por índios. Havia entre os portugueses e os indígenas grande diferença de adiantamento: os portugueses viviam na civilizada Europa, fabricavam armas de fogo, viajavam em navios e registravam, por meio da escrita, os acontecimentos importantes” (PINSKY, 2002, p. 31).

Professores despreparados ou desmotivados acabam se utilizando excessivamente dos livros didáticos, deixando suas aulas maçantes e/ou desinteressantes. Nessas situações o aluno, mesmo que num primeiro momento se sinta atraído pela História, acaba se distanciando das aulas. Portanto, faz-se necessário que os professores, que

ainda agem de forma descuidada com sua atuação no magistério, repensem seu modo de agir.

O professor ideal, descrito por diversos autores, é justamente aquele que assume o seu papel de formador dos educandos, comprometido com o exercício do magistério, que constrói o seu saber de forma crítica e reflexiva, prepara suas aulas, pesquisa os assuntos que serão tratados. O melhor professor é aquele que instiga os alunos, que os coloca dúvidas, inquietações. Ao escolher a carreira de professor tem-se de ter em mente o compromisso e a responsabilidade dentro da sala de aula e a instituição à qual pertence, assim como o comprometimento com os alunos em relação ao seu desenvolvimento como cidadãos. Trata-se, portanto, de um compromisso moral que se assume principalmente por trabalhar-se diretamente com pessoas jovens, que mesmo tendo a sua carga de saberes ainda estão em constante formação. Sobre a obrigação moral do professor podemos tomar como exemplo o que escreve Contreras.

A primeira dimensão da profissionalidade docente deriva do fato de que o ensino supõe um compromisso de caráter moral para quem a realiza (Contreras, 1990: 16 e SS). Este compromisso ou *obrigação moral* confere à atividade do ensino um caráter que, como assinalou Sockett (1989: 100), se situa acima de qualquer obrigação contratual que possa ser estabelecida na definição de emprego (CONTRERAS, 2002, p. 76).

Como já apontamos acima, as universidades se empenham em preparar o profissional para o exercício da sua função, cabe então ao Estado fornecer condições de trabalho adequadas. Espera-se que os profissionais com mais tempo de magistério mudem seu modo de pensar, invistam na formação continuada, e que os profissionais recém-formados não se deixem desmotivar pelas condições de trabalho e a receptividade negativa dos seus pares.

#### **4. A aprendizagem do aluno**

Os alunos chegam a cada dia com mais informações e saberes que adquirem fora da escola, e o professor desmotivado e despreparado, ou com uma forma de ver o mundo e a classe fora das expectativas atuais de ensino, não poderá acompanhar a velocidade com que a sua turma se desenvolve. Apoiar-se meramente no livro didático, principalmente se esse livro trouxer “histórias” que não convencem, pode acabar se tornando algo perigoso e empobrecedor.

Por meio de entrevistas realizadas com cinco alunos-sujeitos do ensino médio da E. E. “Prof. José Hugo Guimarães”, na cidade de Carmo do Paranaíba, tivemos a oportunidade de conhecer o “outro lado da História”. Investigamos a visão que o aluno tem do professor, da disciplina, das formas como se estabelecem a relação de poder entre professor e aluno e sua influência na aprendizagem. Durante as entrevistas, fizemos as seguintes indagações:

- A relação de afinidade com a disciplina de História;
- A afinidade com a didática e a dinâmica do professor dentro da sala de aula;
- A utilização do livro didático;
- A relação de afetividade entre o professor e o aluno;
- A contextualização dos conteúdos e sua relação com a conjuntura atual;
- O culto aos heróis;
- A formação do senso crítico do aluno;
- O interesse do professor de História com o exercício da profissão em relação ao preparo das aulas;
- A postura conservadora ou liberal do profissional influenciando no aprendizado do aluno.

Pudemos constatar que, diferentemente do que muitos acreditam, os alunos da rede pública têm interesse em aprender e analisam os métodos utilizados pelos professores de História dentro do ambiente de trabalho. Mostraram-nos que a atitude do professor perante a turma, mesmo sendo conservadora, é útil para a aprendizagem, sendo que um dos entrevistados chegou a ressaltar que certa dose de austeridade se faz necessária para conter os ânimos da classe.

Todos os alunos entrevistados foram enfáticos em afirmar que o excessivo uso do livro didático torna as aulas de História desestimulantes, e percebem essa atitude do professor em apoiar suas aulas no referido material como um despreparo profissional. Podemos constatar essa premissa por meio da afirmação de uma aluna da 2ª série do ensino médio:

[...] Eu acho que o professor focaliza muito nos livros também, pelo menos os que eu tive até agora. Eles não chegam com as aulas preparadas, tendo pesquisado algo fora, eles só lêem o que está no livro, pedem pra fazer as atividades, corrige depois, assim, não têm uma explicação ampla, uma coisa clara, assim [...] se você quiser aprender mesmo,

você tem que prestar atenção nas aulas [...] e ter curiosidade de pesquisar também (Aluna X, entrevista realizada em 19/09/2009. Carmo do Paranaíba).

O fator positivo que as entrevistas nos revelaram é que o professor de História (dentro do universo que restringimos a nossa pesquisa) não mais eterniza os mitos e os heróis. Em contrapartida, todos os alunos entrevistados percebem a ausência de criticidade por parte do profissional e afirmaram que os mesmos não incentivam o aluno a pensar e construir a sua própria criticidade social. Na maioria das vezes, os discentes são estimulados a decorarem o que está no livro, numa perspectiva positivista da História, como a mera citação de nomes e datas.

É comum entre a categoria dos professores e a própria sociedade que haja um certo preconceito quanto aos alunos integrantes do ensino público, tendo a idéia de que os mesmos não têm interesse em aprender, que são alunos de “segunda classe”, chamou-nos a atenção justamente o contrário. São alunos como outros quaisquer, alguns mais interessados, outros menos. Uns com mais facilidade em aprender, outros menos, mas independentemente de sua condição social, eles demonstraram uma ideia formada sobre o que julgam ser um bom professor, o que os estimularia à aprendizagem. Observemos o discurso da aluna Y, da 2ª série do ensino médio:

Eu acho que o professor tem que chegar lá e estar centralizado no conteúdo que ele vai explicar, mas ele tem que dar aula expondo a sua opinião e aceitar a opinião dos alunos também e hoje em dia não, as professoras chega lá e (ruído) se exigir uma explicação e interromper elas diz: “ah... mas eu li em algum lugar que foi assim, assim, assim” e se aconteceu alguma coisa que não era bem assim, igual você ta falando, elas não aceitam, falam “mas no livro ta é assim você tem que aceitar”, é assim, você não pode aceitar o que você viu no jornal ou leu em outro livro (Aluna Y, entrevista realizada em 20/09/2009. Carmo do Paranaíba).

Em outra passagem da mesma entrevista a aluna assinala:

[...] Entrou na sala de aula, pediu pra todo mundo pegar o livro [...], começa a ler lá, pula uns três textos, lê alguma coisa, pronto, a aula acabou. Ela só leu o que tava no livro, não pediu pra ninguém expor opinião, não expôs a opinião dela mesmo de nada. Aí, 50 minutos de aula se resume em volta do que está escrito no livro. Na minha opinião eu acho que elas tinham que chegar lá e tinham que falar mais. Se ela pegar um título lá, igual, vamos falar da Inconfidência Mineira, aí ela vai e começa a falar, na opinião dela,

porque ela tem que chegar lá com a aula preparada, ela não pode chegar lá e pegar o livro e falar assim “deixa eu ver agora o que eu vou falar pra esses alunos”, então ela chega lá (pausa), o problema hoje em dia, da maioria dos professores e principalmente dos de história é não chegar na sala de aula com a aula preparada (Aluna Y, entrevista realizada em 20/09/2009. Carmo do Paranaíba).

A pedagogia moderna nos mostra que não é mais possível encarar o aluno como um recipiente vazio, que deve ser preenchido com nossos saberes pré-adquiridos, mas, sim, que devemos interagir com os saberes e experiências que cada um carrega para dentro da sala de aula. Desse modo conseguiremos nos inserir no contexto do mundo globalizado, trazendo para dentro da sala de aula uma História viva, rica em saberes, que se movimenta entre o passado e o presente, inserindo o educando e a sociedade na conjuntura atual, segundo aponta Sônia L. Nikitiuki:

O conteúdo de história não é o passado, mas o tempo ou, mais exatamente, os procedimentos de análise e os conceitos capazes de levar em conta o movimento das sociedades, de compreender seus mecanismos, reconstruir seus processos e comparar suas evoluções (NIKITIUKI, 1996, p. 16)

Tornar a disciplina de História um assunto interessante e não simplesmente uma matéria enfadonha que trata apenas de datas, vultos e acontecimentos que já se perderam no tempo pode ser alcançada se tivermos em mente a necessidade de estarmos sempre nos aperfeiçoando, por meio de novas leituras e não deixando de falar a mesma língua do aluno. Precisamos estar “antenados” com os assuntos que surgem dia após dia na mídia, seja ela escrita, falada, digital ou televisiva.

## **5. Considerações finais**

Percebemos então que é grande a diversidade de fatores que levam à construção ideológica do professor de História, e não é nossa intenção pressupor que seja certa ou errada uma visão mais conservadora ou progressista defendida pelo profissional docente, mas, sim, alertar que é necessário que exista essa visão, pois uma ideologia, seja ela qual for, ainda é melhor do que ideologia nenhuma.

Se a postura ideológica do professor de História vai se opor às expectativas do Estado e da instituição em que trabalha ou vai se aliar a elas, cabe somente a ele essa

decisão. Entretanto, não devemos nos esquecer de que vivemos em um mundo onde as informações são transmitidas e adquiridas muito rapidamente, principalmente pelas mídias eletrônicas. Assim, devemos ter todo o cuidado dentro da sala de aula para podermos interagir com os alunos, para transformarmos essas informações em conhecimento.

Esperamos que esse artigo possa lançar novos olhares sobre assuntos já há muito tempo abordados por diversos autores, mas que parecem sempre cair no esquecimento quando nos dedicamos ao exercício da nossa profissão de educadores e formadores de opinião. Não temos a pretensão de “reinventar a roda”, mas de chamar a atenção para a responsabilidade que nos cabe quando lidamos com jovens, cheios de informação e motivação, ou não, pois lidamos com uma clientela diversificada e encontramos também aqueles que se sentem totalmente alienados dentro da sociedade. A nós, professores, cabe despertar aqueles que estão adormecidos e estimular os que se mostram interessados para podermos, com muito trabalho e perseverança, tentar compreender um pouco melhor o mundo em que vivemos e, quem sabe, mudá-lo, se possível para melhor. A educação é com certeza o principal caminho para desenvolvermos a consciência crítica e social, tão fundamental para nortear as escolhas que os alunos farão durante a vida.

## Referências

CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002.

KARNAL, Leandro. *História na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003.

LIMA, Sandra C. F. de. *A História que se conhece, a História que se ensina*. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós Graduação em Educação para obtenção do título de Mestre em Educação, 1997.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

PINSKY, Jaime. *O ensino de História e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2002.

RASSI, Marcos A. C. *Uma canção inacabada: formação de professores de história – a experiência da FEPAM (1970-2001)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação – Mestrado em Educação, 2006.

SILVA, J. L. Werneck da. *A deformação da História: (ou para não esquecer)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

TARDIFF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

ENTREVISTAS realizadas entre os dias 13 e 20 de setembro de 2009 com alunos do ensino médio da E. E. "Prof. José Hugo Guimarães", na cidade de Carmo do Paranaíba-MG.